



PREFEITURA DE
TEJUÇUOCA
Um novo tempo pra todos



TERMO DE REVOGAÇÃO

Presente o **PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 2023.11.13.01 - PE - FME**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ACESSORIA E CONSULTORIA NAS ATIVIDADES E AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL PARA CRIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ROBÓTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TEJUÇUOCA-CE.**

A licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei 10.520, de 17.07.02 e Lei n.º 8.666/93, de 21.06.93, alterada pela Lei n.º 8.883/94 de 08.06.94 e Lei n.º 9.648/98 e legislação complementar em vigor, Lei n.º 123/2006, Lei n.º 147/2014 e suas alterações, e Lei n.º 12.846/2013, Lei n.º 12.846/2013, Decreto Federal n.º. 10.024/19, de 20 de setembro de 2019 e demais legislações vigentes, no tocante à modalidade e ao procedimento. **No entanto, após a fase de lances, identificou-se que as respostas aos pedidos de impugnação que levou a revogação do processo anterior não havia sido anexas ao portal do TCE/CE, o que justifica a suspensão desse certame para que seja sanada essa falha, para posteriormente publicar um novo processo que atenda aos princípios norteadores das licitações públicas.** Cumpre-nos acrescentar que nenhuma contratação decorrente deste certame foi firmada; portanto, a presente revogação não representará nenhum prejuízo a quem quer que seja e prevalecerão ilenos os princípios da economicidade e do interesse público, mediante tal circunstancia resolver a SECRETÁRIO no uso de suas atribuições REVOGAR o referido processo.

É mister salientar que o próprio estatuto licitatório no texto do Art. 49, caput, (*ispisliteris*), assevera que a autoridade competente tem o dever de **revogar licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou Anular a licitação por ilegalidade**, de ofício ou provocação de terceiros mediante parecer escrito de devidamente fundamentado.

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal



PREFEITURA DE
TEJUÇUOCA
Um novo tempo pra todos




conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Desta feita observada a orientação que dimana das Súmulas nº 346 e 473 do colendo Supremo Tribunal Federal. Tais súmulas afirmam, respectivamente, de modo explícito e claro que ***“a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”***

Assim, estando presentes todas as razões que impedem o prosseguimento do processo, REVOGO o **PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 2023.11.13.01 - PE - FME.**

Publique-se e assim comunique as empresas interessadas para manifestação em cumprimento ao instituído nas normas do Art. 49, parágrafo 3º, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Tejuçuoca - CE, 23 de janeiro de 2024.


JOSÉ VIRGÍLIO MATOS CASTRO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO